

Na boca do furacão

LILIA MORITZ SCHWARCZ

No ano de 2005 o tema da “raça” esteve, sem dúvida, em pauta na agenda nacional. Seja por conta dos novos projetos sociais, das propostas educacionais ou da política mais acelerada de implementação de cotas na universidade, o tema ganhou o espaço da mídia e transformou-se em assunto de debate amplo, ou ao menos amplificado.

Em meio a um país que vem se esmerando por praticar uma espécie de “preconceito social privado” – que parece negar a desigualdade e a exclusão e a admite apenas no circuito mais íntimo e não oficial –, o tema da raça surgiu ao lado de outros tantos que revelam a evidência de nossos grandes *gaps* sociais.

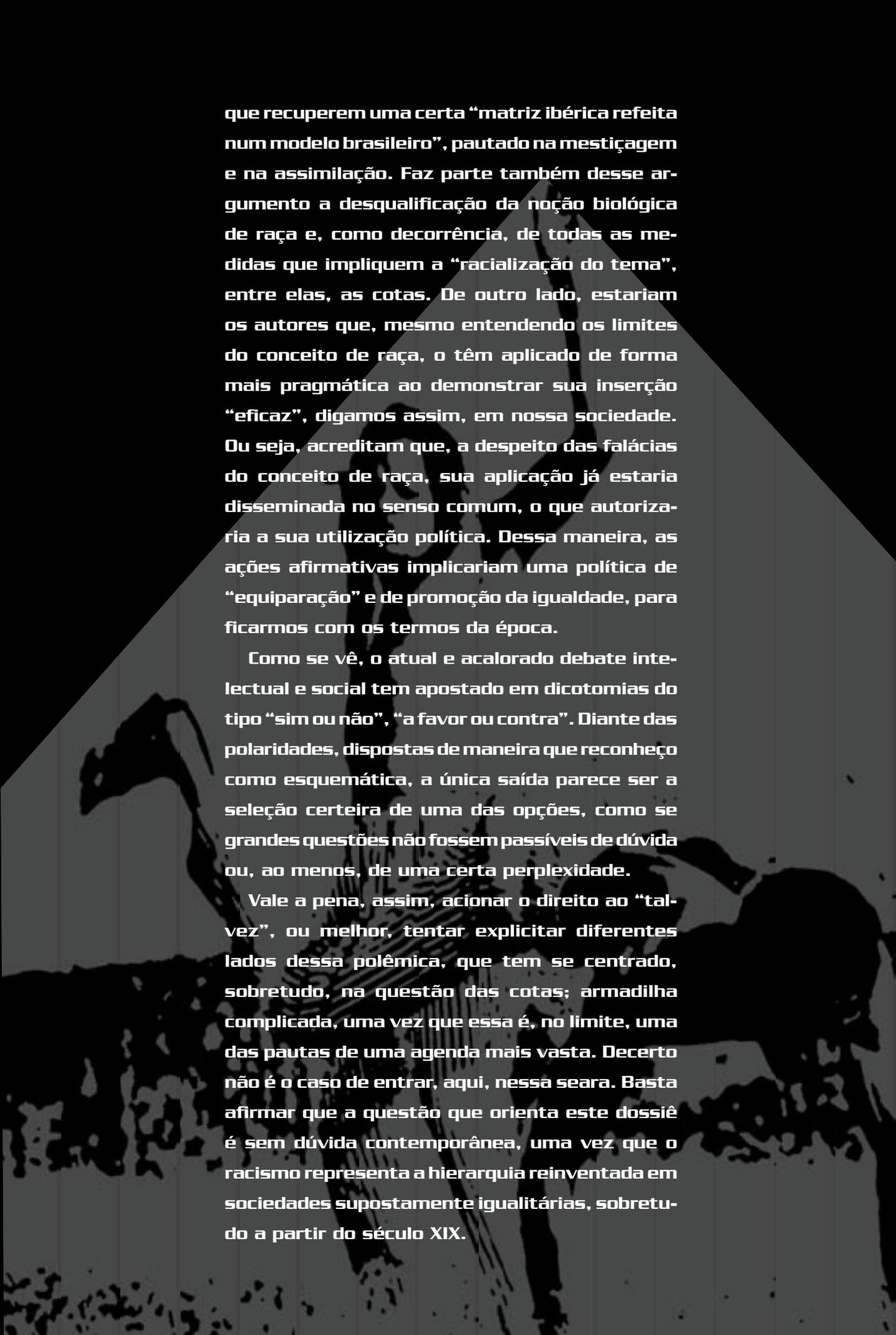
Mas, se as novas medidas visam a combater a desigualdade social de uma maneira mais abrangente e nomeada a partir da idéia de exclusão social, ficou claro como os efeitos dessa política, já secular, são ainda mais perversos quando se trata de lidar com a situação das populações negras no Brasil.

Se dentre os analistas parece não existir dúvidas sobre a desigualdade econômica e social vigente no país, as posições têm oscilado, e muito, quando se trata de equacionar as maneiras de lidar e enfrentar o tema da exclusão, sobretudo racial. A polêmica, como qualquer polêmica, tem muitos lados, mas poderíamos resumi-los, *grosso modo*, a partir de duas posições majoritárias. De um lado estariam aqueles que, em nome de uma política mais universalista, vêm defendendo a adoção de medidas “igualitárias” e

LILIA MORITZ SCHWARCZ

é professora do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP e autora de, entre outros, *As Barbas do Imperador* (Companhia das Letras).

introdução



que recuperem uma certa “matriz ibérica refeita num modelo brasileiro”, pautado na mestiçagem e na assimilação. Faz parte também desse argumento a desqualificação da noção biológica de raça e, como decorrência, de todas as medidas que impliquem a “racialização do tema”, entre elas, as cotas. De outro lado, estariam os autores que, mesmo entendendo os limites do conceito de raça, o têm aplicado de forma mais pragmática ao demonstrar sua inserção “eficaz”, digamos assim, em nossa sociedade. Ou seja, acreditam que, a despeito das falácias do conceito de raça, sua aplicação já estaria disseminada no senso comum, o que autorizaria a sua utilização política. Dessa maneira, as ações afirmativas implicariam uma política de “equiparação” e de promoção da igualdade, para ficarmos com os termos da época.

Como se vê, o atual e acalorado debate intelectual e social tem apostado em dicotomias do tipo “sim ou não”, “a favor ou contra”. Diante das polaridades, dispostas de maneira que reconheço como esquemática, a única saída parece ser a seleção certa de uma das opções, como se grandes questões não fossem passíveis de dúvida ou, ao menos, de uma certa perplexidade.

Vale a pena, assim, acionar o direito ao “talvez”, ou melhor, tentar explicitar diferentes lados dessa polêmica, que tem se centrado, sobretudo, na questão das cotas; armadilha complicada, uma vez que essa é, no limite, uma das pautas de uma agenda mais vasta. Decerto não é o caso de entrar, aqui, nessa seara. Basta afirmar que a questão que orienta este dossiê é sem dúvida contemporânea, uma vez que o racismo representa a hierarquia reinventada em sociedades supostamente igualitárias, sobretudo a partir do século XIX.

A discriminação faz parte da nossa era globalizada, marcada por ódios históricos, nomeados muitas vezes a partir da etnia, da origem, da condição ou, simplesmente, “da raça”. No entanto, essa definição ampla e generalizante acaba por falhar quando se pretende olhar para respostas mais localizadas. Estou me referindo ao exemplo do Brasil, um país de larga e violenta convivência com a escravidão, e que gerou um tipo de discurso, por parte das elites brasileiras, que tendeu a opor termos distintos para falar da mesma equação. Românticos ou degenerados, miscigenados ou divinamente mestiços, *apartheid* social ou democracia cultural... aí está o começo de uma vasta lista de definições e expressões que revelam uma prática de negociação, e também de oscilação, no tratamento dado em nosso país ao tema da raça.

A ambigüidade foi, dessa maneira, uma posição partilhada, que gerou um racismo silencioso, revelado mais nas esferas privadas do que nos locais públicos e no estatuto da lei. Nesse sentido, o debate atual coloca a nu modelos e experiências que faziam parte de uma sociabilidade disposta prioritariamente na intimidade e que, quem sabe pela primeira vez, ganha o espaço oficial.

Esse parece ser, assim, um momento oportuno para trazer à tona vários lados dessa mesma situação: o Brasil é, sim, um país marcado por um processo de exclusão social e econômica, mas é também uma nação de costumes e hábitos miscigenados. Se não há bons racismos – isso é certeza –, o “nosso” é definitivamente singular ou ao menos “diferente”, uma vez que é fruto de um contexto histórico e social específicos.

O objetivo deste dossiê é, portanto, recuperar diversas posições e perspectivas desse debate, assim como visitar o tema com lentes mais focadas em nosso próprio debate local e na experiência particular. Ao mesmo tempo em que convivemos não com a realidade, mas com um *ideal* alentado de democracia racial, práticas discriminatórias vigoram entre nós e apresentam-se nos locais mais insuspeitos: na escolaridade, na mortalidade, no acesso ao trabalho, na

distribuição geográfica, na renda, no matrimônio e até mesmo no lazer. Tornam-se aparentes as desigualdades e um processo social de exclusão que remete, em primeiro lugar, a uma questão de classe. Não obstante, todo o cenário aparece aguçado quando se trata de pensar nas consequências para uma população majoritariamente negra.

Mas começamos refletindo sobre os impasses criados nestes tempos de “racialização”. O dossiê inicia-se com dois artigos que introduzem o conceito de raça a partir das perspectivas críticas da biologia. Sérgio D. J. Pena e Telma S. Birchal recuperam as implicações desse conceito e o vinculam ao debate contemporâneo sobre ética; Ricardo Ventura Santos, Maria Cátira Bortoloni e Marcos Chor Maio analisam a aplicação recente das tecnologias de DNA para a obtenção de dados sobre ancestralidade biológica e, a partir daí, tecem uma série de considerações sobre a identidade. Dessa maneira, nesse primeiro bloco – e como dizem os autores do segundo artigo –, genética, raça e identidade funcionam como uma espécie de “fio da navalha”.

Um segundo bloco aglutina os artigos que enfrentam, a partir de diferentes enfoques e contextos, as políticas de ação afirmativa. Monica Grin traz um histórico sobre a aplicação de tais políticas no Brasil e reflete acerca das mudanças nos termos do debate – do combate ao insulto e à intolerância, à política de reparação; Kabengele Munanga, por sua vez, recupera esse mesmo debate dentro da antropologia; Jocélio Teles dos Santos e Delcele Mascarenhas Queiroz descrevem a política de “vestibular com cotas”, empreendida, com sucesso, na UFBA; Rita Laura Segato apresenta e explora o documento que elaborou entre 1999 e 2002, defendendo a política de cotas para a UnB, analisando a questão para além desse contexto específico; José Jorge de Carvalho introduz a idéia de “exotopia racial” para pensar no processo de confinamento racial presente no meio acadêmico brasileiro; Hebe Mattos faz um balanço sobre a introdução do Artigo 68, que reconheceu direitos territoriais aos “remanescentes dos quilombos”, garantindo-lhes a



titulação definitiva pelo Estado brasileiro; por fim, Yvonne Maggie interpreta os resultados de um questionário, aplicado por ela entre alunos e professores do ensino médio, acerca das novas políticas raciais. As respostas parecem revelar, segundo ela, um novo “idioma identitário”.

Um outro conjunto de artigos apresenta “autores e obras clássicos” que trataram do tema, a partir, novamente, das mais diferentes perspectivas e contextos: Mariza Corrêa recupera a obra de Nina Rodrigues para além do tema da raça e revela a contemporaneidade de seu pensamento; Maria José Campos investe sobre os estudos de Cassiano Ricardo a fim de mostrar como o conceito de “democracia racial” fazia parte de uma linguagem de época e não se resumia a um autor ou obra; Antonio Sérgio Alfredo Guimarães indica como existiria no pensamento de Abdias do Nascimento a concepção de uma certa “modernidade negra”, que explicaria a construção de diferentes identidades raciais – uma modernidade negra no plural; João Baptista Borges Pereira gentilmente cedeu um documento, publicado originalmente nos anos 60, que traz depoimentos de Oracy Nogueira, Florestan Fernandes e dele mesmo sobre o tema da raça no Brasil; é possível ver como, de lá para cá, ao que tudo indica, pouco mudou. Ao final, Peter Fry, tendo como mote a carreira de Carlos Alfredo Hasenbalg, recupera os diferentes caminhos que esse debate tem ganhado nas ciências sociais brasileiras.

Para terminar, no último bloco, uma série de artigos reflete sobre como a identidade e o conceito de raça se constroem de maneira situacional e política e são, no limite, experiências contingentes e construtos relacionais. Maria Cecília Velasco e Cruz analisa o conflito de 1908, no Rio de Janeiro, e demonstra como a raça foi, nesse contexto, um conceito em definição; junto com Heloisa Starling, apresento um artigo sobre a moderna canção popular brasileira que, durante as quatro primeiras décadas da República, elegeu nos negros – sobretudo mulatos e mestiços –, na cor e na idéia de democracia racial os “cartões de visita” para nomear a nação. Mas as comparações podem

ser feitas não só no tempo, como também no espaço: Livio Sansone oferece um estudo de caso no Recôncavo baiano, onde verifica como a desigualdade é percebida diferentemente entre gerações; Omar Ribeiro Thomaz fecha este dossiê mostrando como os conceitos de raça, nação e etnicidade são manipulados no contexto político de Moçambique. Se as experiências são particulares, iluminam, pela comparação, impasses que são também nossos.

O fato é que estamos bem na “boca do furacão”. De um lado, vale a pena retomar as máximas da antropologia social – disciplina constituída em um momento dramático de encontro de civilizações –, que insiste no princípio da igualdade entre seres humanos e na falta de vínculos entre genética e cultura. Raça, dessa perspectiva, não é uma realidade biológica, mas um artefato social, político e histórico. De outro, não há como negar a evidência do racismo, presente no nosso dia-a-dia e nas falácias do cotidiano. Nesse sentido, as ações afirmativas representariam uma estratégia política para a abertura de um processo de negociação, a longo prazo, sobre as maneiras como a sociedade brasileira responde à desigualdade. Implicam, ainda, o começo de um diálogo sobre critérios de reconhecimento e de auto-reconhecimento e a releitura de uma memória histórica feita de tantas seleções e esquecimentos. Podem vir a permitir, por fim, que se nomeiem outras histórias que tenham como decorrência estratégias de orgulho e estima. O que está em pauta, portanto, são as formas de enfrentamento que devem se guiar, em minha opinião, por princípios a um só tempo universais, porém correlatos à nossa própria realidade.

O bom diálogo não é, no entanto, aquele que se encerra. Ao contrário, tanto melhor se incomodar e continuar gerando reflexão. Como se verá no decorrer deste dossiê – escrito por profissionais com diferentes formações e provenientes de diversas instituições acadêmicas –, entre tantos *sim* e *não* (e *talvez*) é impossível colocar um derradeiro ponto final. Conforme afirmou Deleuze, nada como ficar com algumas dúvidas no lugar de um punhado de certezas.

